



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO A DIRETORIA

NÚMERO: 136/2025

OBJETO: PROPOSTA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA EPR VIA MINEIRA S.A. PARA INCLUIR A OBRIGAÇÃO DE MANTER EM OPERAÇÃO EMERGENCIAL 38 (TRINTA E OITO) EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE CONTROLE DE VELOCIDADE PREVIAMENTE INSTALADOS NO TRECHO DO SISTEMA RODOVIÁRIO BR-040/MG

ORIGEM: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)

PROCESSO (S): 50500.171296/2024-65

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: PARECER n. 00116/2025/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

EMENTA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA EPR VIA MINEIRA S.A. NECESSIDADE DE INCLUIR NO CONTRATO A OBRIGAÇÃO DE MANTER EM OPERAÇÃO EMERGENCIAL 38 (TRINTA E OITO) EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE CONTROLE DE VELOCIDADE PREVIAMENTE INSTALADOS NO TRECHO DO SISTEMA RODOVIÁRIO BR-040/MG, PELO PRAZO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES. RECONHECIMENTO DO DEVIDO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, CONSIDERANDO QUE TAIS EQUIPAMENTOS NÃO ESTAVAM PREVISTOS NO CONTRATO DE CONCESSÃO DO EDITAL Nº 04/2023. RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 04/2023, a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária de Rodovia EPR Via Mineira S.A., a fim de incluir no âmbito do Contrato a obrigação de manter em operação emergencial 38 (trinta e oito) equipamentos de Sistema de Controle de Velocidade - SCV previamente instalados no trecho do Sistema Rodoviário BR-040/MG, pelo prazo estimado de 12 (doze) meses.

2. DOS FATOS

2.1. Em 25/09/2024, a concessionária EPR Via Mineira apresentou, por meio da Carta EVM/DE/00030-2024 (SEI nº 26284446), um pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da necessidade de implantação, operação e manutenção de 50 equipamentos de controle de velocidade adicionais, destinados ao monitoramento de 123 faixas, que não estavam previstos no Contrato de Concessão e seus anexos.

2.2. Adicionalmente, a concessionária encaminhou anexo o Ofício nº 306/2024/NSV-MG/SEOP-MG/SPRF-MG (SEI nº 26284448), em que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) reitera o pedido para a manutenção e o pleno funcionamento dos mais de 35 equipamentos instalados anteriormente pela Concessionária Via 040. A PRF ressalta que a desativação ou ausência desses dispositivos poderá agravar os índices de sinistros e fatalidades no referido trecho.

2.3. Em 01/10/2024, a Gerência de Gestão de Investimentos Rodoviários (GEGIR) da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) comunicou à Concessionária que, enquanto são conduzidas as tratativas relativas aos radares definitivos no processo nº 50505.126265/2024-18, a Via Mineira deve garantir, junto à SITRAN, a operação dos equipamentos atualmente instalados e solicitou a apresentação de um Plano de Ação, conforme o Ofício nº 29936/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 26284541).

2.4. Em resposta, a EPR Via Mineira encaminhou em 21/10/2024 a Carta EVM/DE/00080-2024 (SEI nº 26863293), por meio da qual informa ter consultado a SITRAN sobre a operacionalização emergencial dos radares, que recusou a proposta de viabilização emergencial dos equipamentos por um período de 12 meses. Diante disso, a concessionária solicitou o reconhecimento da operação contingencial como medida temporária, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão pela manutenção temporária dos radares já existentes no Sistema Rodoviário.

2.5. Por meio do Despacho COGIN de 24/10/2024 (SEI nº 26886606), a GEGIR encaminhou os autos à Gerência de Fiscalização de Infraestrutura e Operação Rodoviária (GEFOP) da SUROD, solicitando avaliação quanto à adequação da proposta de operação contingencial dos equipamentos até a instalação dos dispositivos permanentes.

2.6. Em resposta, a GEFOP informou não apresentar objeção à operacionalização dos equipamentos em todos os locais indicados, desde que sejam observadas as normas vigentes e garantida a sinalização adequada, nos termos do Despacho COFOR de 31/10/2024 (SEI nº 26991373).

2.7. Em 09/12/2024, a GEGIR encaminhou os autos à SUROD através despacho (SEI nº 28223433), considerando a recomendação da equipe de fiscalização, para que se avaliasse a viabilidade e pertinência da manutenção da operação contingencial dos radares, nas atuais condições operacionais, como medida temporária e emergencial.

2.8. Em 17/01/2025, a EPR Via Mineira apresentou, por meio da Carta EVM-REG-250117-0006 (SEI nº 29109190), esclarecimentos e histórico a respeito do pleito.

2.9. Diante dos fatos novos encaminhados pela Concessionária EPR Via Mineira, a SUROD encaminhou os autos à GEGIR para o prosseguimento da análise técnica, conforme despacho de 20/01/2025 (SEI nº 29163545).

2.10. Em 24/01/2025, a SUROD emitiu a Nota Técnica nº 11230/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 27704349), por meio da qual propõe à Diretoria Colegiada autorizar a Concessionária, em caráter excepcional e emergencial, a manutenção temporária dos 38 radares atualmente instalados no trecho concedido, com o devido reconhecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, já que tais equipamentos não constam no Contrato de Concessão e seus anexos.

2.11. Ato contínuo, a SUROD comunicou à Concessionária sobre a proposta e encaminhou a minuta de deliberação sugerida (SEI nº 29262164), por meio do Ofício nº 2536/2025/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 29263426), do mesmo dia 24/01/2025.

2.12. Em resposta, a EPR Via Mineira encaminhou em 28/01/2025 a Carta EVM-REG-250128-0001 (SEI nº 29359757), sugerindo ajustes na minuta de deliberação proposta, as quais foram acolhidas pela SUROD.

2.13. Em 30/01/2025, o processo foi encaminhado para a deliberação da Diretoria Colegiada, com vistas a aprovar uma autorização, em caráter excepcional e emergencial, para que a Concessionária EPR Via Mineira S.A. mantivesse, de forma contingencial e temporária, os radares instalados no trecho concedido da rodovia BR-040, os quais não estavam previstos no Contrato de Concessão e seus anexos, nos termos do Relatório à Diretoria nº 44/2025 (SEI nº 29282121).

2.14. Em 31/01/2025, o Chefe de Gabinete do Diretor-Geral remeteu através de despacho (SEI nº 29443590) os autos à Secretaria-Geral para inclusão do processo na pauta de sorteio, sendo distribuído a esta Diretoria no mesmo dia, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 29458093).

- 2.15. Inicialmente pautado para a Reunião Deliberativa Eletrônica nº 221, que ocorreu na semana de 03/03/2025 a 07/03/2025, o processo foi retirado de pauta e encaminhado à SUROD através de despacho para nova instrução (SEI nº 30984476), que deveria contemplar a elaboração de uma proposta de termo aditivo para o assunto em epígrafe e demais providências necessárias, incluindo a anuência da concessionária e a manifestação da Procuradoria Federal Junto à ANTT (PF-ANTT).
- 2.16. Assim, a SUROD complementou a análise do pleito através da Nota Técnica SEI nº 4161/2025/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 31893482), de 21/05/2025, ratificando a necessidade de elaboração de Termo Aditivo ao Contrato, com o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do investimento, a ser efetivado por meio de uma Revisão Extraordinária da Tarifa.
- 2.17. Em 26/05/2025, a concessionária EPR Via Mineira apresentou na Carta EVM/REG/250526/0002 (SEI nº 32526608) a anuência ao termos apresentados pela SUROD na nota técnica supracitada.
- 2.18. Da mesma forma, a Concessionária aprovou o conteúdo da Minuta de Termo Aditivo elaborada pela SUROD em 30/05/2025 (SEI nº 32623699), conforme a Carta EVM/REG/250603/0004 de 03/06/2025 (SEI nº 32743786).
- 2.19. Em seguida, o Processo foi encaminhado para a Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (PF-ANTT) nos termos da Nota Informativa SEI nº 516/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR (SEI nº 32782715), de 05/06/2025, para avaliação técnica-jurídica da Minuta de Termo Aditivo (SEI nº 32782885), acompanhada de Minuta Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 32782753), conforme narrado no Despacho COGIP SEI nº 32782804, de 06/06/2025.
- 2.20. Ato contínuo, a Concessionária foi informada, nos termos do Ofício SEI nº 20995/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 32782780), de 06/06/2025, sobre o envio dos autos para a análise da PF-ANTT.
- 2.21. Em 10/07/2025, a PF-ANTT se manifestou nos termos do Parecer n. 00116/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 33754735), opinando pela regularidade jurídica da proposta, condicionando sua aprovação à observância das recomendações e sugestões constantes no parecer, sem prejuízo de aspectos técnicos ou de conveniência administrativa.
- 2.22. A fim de sanear os aspectos não recepcionados no parecer da PF-ANTT, a SUROD emitiu em 28/07/2025 a Nota Informativa 713/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR (SEI nº 34206741), que registrou a impossibilidade de adequar a minuta ao requisito de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em decorrência de entendimento consolidado no Despacho GAB-DG (SEI nº 26550490), exarado pelo Gabinete do Diretor-Geral da ANTT em 19/09/2024, constante dos autos do Processo SEI nº 50500.028011/2024-77.
- 2.23. Em 27/08/2025, observando o art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT, consoante com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, o Superintendente exarou o Relatório à Diretoria SEI nº 407/2025 (SEI nº 34645212), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de termo aditivo ao Contrato da Concessionária EPR Via Mineira, diante da necessidade de incluir no contrato a obrigação de manter em operação emergencial 38 equipamentos de sistema de controle de velocidade previamente instalados na rodovia BR-040/MG, pelo prazo estimado de 12 meses, nos termos das minutas de Termo Aditivo (SEI nº 34645157), de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 34645200) e de Deliberação (SEI nº 34645200).
- 2.24. Por fim, após finalizar o término da nova instrução processual, a SUROD retornou os autos a esta Diretoria através de despacho em 29/08/2025 (SEI nº 35120266).
- 2.25. São os fatos. Passa-se à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

- 3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a [Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#).

Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária

Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:

(...)

XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela [Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT](#))

- 3.2. A proposta vem à apreciação desta Diretoria para autorização da celebração de Termo Aditivo Contratual, com vistas a incluir no âmbito do Contrato a obrigação de manter em operação emergencial 38 (trinta e oito) equipamentos de Sistema de Controle de Velocidade - SCV previamente instalados no trecho do Sistema Rodoviário BR-040/MG, pelo prazo estimado de 12 (doze) meses.
- 3.3. Instada a se manifestar, a PF-ANTT elaborou o Parecer n. 00116/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 33754735), de 10/07/2025, que veio acompanhado do Despacho n. 08022/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 33754779), de 11/07/2025, que foi acolhido sob a regularidade jurídica da celebração do Termo Aditivo proposto.

72. Sob o prisma estritamente jurídico e abstraídos aspectos técnicos e de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo das demais considerações lançadas ao longo do presente parecer, opina-se pela regularidade jurídica da Minuta De Termo Aditivo nº 32782885 e da Minuta de extrato de termo aditivo 32782753, desde que observadas as recomendações e sugestões lançadas ao longo dessa manifestação jurídica.

73. Enfatiza-se que a presente manifestação jurídica possui caráter opinativo, razão pela qual a Administração pode dela dissentir, desde que decline suas razões. Ademais, a motivação, justificativa e todos os dados técnicos e econômicos constantes do processo são de responsabilidade da Administração.

- 3.4. A análise técnica, conforme os documentos: Nota Técnica SEI nº 4161/2025/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 31893482), Nota Técnica SEI nº 11230/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 27704349), de 24/01/2025 e Nota Informativa SEI 713/2025/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR — reconheceu a relevância e urgência da medida, considerando que a manutenção contingencial desses 38 equipamentos é indispensável para preservar a segurança viária, devendo ser tratada como despesa emergencial passível de reequilíbrio econômico-financeiro. **Foi fixado valor provisório de R\$ 4.095.779,04, equivalente a 12 meses de operação, com apuração e compensação posterior conforme custos efetivos.**

- 3.5. A minuta do Termo Aditivo foi pactuada com a concessionária e encaminhada à PF-ANTT, que atestou a regularidade jurídica, mas apresentou recomendações que foram acolhidas ou justificadas pela SUROD, como a inclusão de cláusula de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Sobre este assunto, a área técnica manteve a impossibilidade de inclusão da cláusula relativa ao PNCP por razões operacionais já consolidadas em decisão anterior do Diretor-Geral, reforçou a natureza provisória e revisável do prazo de 12 meses, e justificou a opção pela manutenção temporária frente à inviabilidade de homologação e às vedações normativas à instalação de redutores físicos em rodovias federais concedidas — inclusive em observância da segurança viária.

- 3.6. Adicionalmente, a SUROD destacou que o custo semestral da operação equivale ao impacto econômico de 4 (quatro) a 5 (cinco) acidentes fatais, segundo estudos do IPEA/PRF, o que demonstra a relação custo-benefício favorável da medida.

- 3.7. Assim, sob a ótica técnico-operacional e regulatória, a manutenção emergencial dos 38 (trinta e oito) dispositivos de SCV até a substituição definitiva:

- a) preserva a continuidade da política pública de segurança viária;
- b) evita riscos regulatórios e jurídicos por omissão do Poder Concedente;
- c) apresenta proporcionalidade e eficiência frente a alternativas menos eficazes;

d) mantém alinhamento com o interesse público e com as diretrizes do contrato de concessão.

3.8. Considerando a instrução processual, a concordância da concessionária e a regularidade jurídica atestada pela PF/ANTT, recomenda-se a celebração do Termo Aditivo, com observância das condicionantes e ajustes pertinentes, para viabilizar a manutenção temporária dos 38 (trinta e oito) equipamentos até a implantação dos novos sistemas.

3.9. Assim, considerando que a proposta está devidamente motivada e analisada pela SUROD, além de ter sido aceita pela concessionária EPR Via Maneira, proponho a celebração da referida proposta de Termo Aditivo, com observância das condicionantes e ajustes pertinentes, para viabilizar a manutenção temporária dos 38 (trinta e oito) equipamentos até a implantação dos novos sistemas, nos termos da minuta de Termo Aditivo (SEI nº 35597806) acostada aos autos.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas contidas no processo, VOTO por aprovar a proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 04/2023, a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária de Rodovia EPR Via Mineira S.A., a fim de incluir no âmbito do Contrato a obrigação de manter em operação emergencial 38 (trinta e oito) equipamentos de Sistema de Controle de Velocidade - SCV previamente instalados no trecho do Sistema Rodoviário BR-040/MG, pelo prazo estimado de 12 (doze) meses, nos termos das minutas de Termo Aditivo (SEI nº 35597806), de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 35597909) e de Deliberação (SEI nº 35600036) acostadas aos autos.

Brasília, 15 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Lucas Asfor Rocha Lima

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA, Diretor**, em 15/09/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35597645** e o código CRC **B3A53D09**.